

Jovens 'velhos' no mundo da pós-infância

Revah, Daniel

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Revah, D. (2011). Jovens 'velhos' no mundo da pós-infância. *ETD - Educação Temática Digital*, 13(1), 152-167. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-286208>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

JOVENS “VELHOS” NO MUNDO DA PÓS-INFÂNCIA**JÓVENES “VIEJOS” EN EL MUNDO DE LA POS-INFANCIA***Daniel Revah¹***Resumo**

As representações sobre a infância transformaram-se de forma significativa desde a década de 1960. Dessa década procede a obra pioneira de Philippe Ariès, que apresenta a infância como uma construção histórica singular, própria do nosso mundo moderno. Na década de 1980, quando essa perspectiva ainda estava sendo discutida e aprofundada, ganha força a ideia de que a infância está desaparecendo. Entre essas referências e extremos, situa-se boa parte do debate atual sobre a infância, sobre o lugar reservado às crianças nas sociedades contemporâneas e sobre as representações que definem esse lugar. Nesse debate, muitos falam sobre a infância por meio de um jogo de oposições, aproximações e semelhanças entre a criança e o adulto, criando desse modo determinadas figuras, como a criança-adulto e o adulto-criança. Implicado nessas figuras, há um elemento que corresponde a um ideal cultural e que pouco comparece nos debates brasileiros que operam com elas: o significante jovem/juventude – um significante ausente, mas que não deixa de estar presente, talvez com a força que é própria do que opera desde um lugar não reconhecido. A partir do que esse significante apagado instaura enquanto saber não sabido que opera em crianças e adultos, este artigo busca redimensionar aquelas duas figuras e assim tratar desta questão: as crianças de hoje são mais sabidas?

Palavras-chave: Infância. Juventude. Ideal cultural.

Resumen

Las representaciones sobre la infancia se transformaron de forma significativa desde la década de 1960. La obra pionera de Philippe Ariès, que presenta la infancia como una construcción histórica singular, característica de nuestro mundo moderno, es de esa época. En la década de 1980, cuando todavía estaba siendo discutida y profundizada esa perspectiva, gana fuerza la idea de que la infancia está desapareciendo. Entre esas referencias y extremos es posible situar gran parte del debate actual sobre la infancia, sobre el lugar reservado a los niños en las sociedades contemporáneas y sobre las representaciones que definen ese lugar. En ese debate muchos se refieren a la infancia por medio de un juego de oposiciones, aproximaciones y semejanzas entre el niño y el adulto, creando de esa manera determinadas figuras, como el niño-adulto y el adulto-niño. En esas figuras se encuentra implicado un elemento que corresponde a un ideal cultural y que comparece poco en los debates brasileños que operan con ellas: el significante joven/juventud – un significante ausente pero que no deja de estar presente, probablemente con la fuerza que caracteriza lo que opera desde un lugar no reconocido. A partir de lo que ese significante elidido instaura como saber no sabido que opera en niños y adultos, este artículo busca redimensionar aquellas dos figuras e así tratar de esta cuestión: ¿los niños de hoy son más sabidos?

Palabras clave: Infancia. Juventud. Ideal cultural.

¹ Professor do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo. Membro Associado do LEPSI IP/FE – USP. E-mail: revah@uol.com.br – Guarulhos, São Paulo, Brasil.

As representações sobre a infância transformaram-se de forma significativa desde a década de 1960. Dessa década procede a obra pioneira de Ariès (1981), tornada desde então uma referência obrigatória para estudar e discutir a infância. Com Ariès, começamos a pensar a infância como uma construção histórica singular, própria do nosso mundo moderno. Nos anos de 1980, quando essa perspectiva ainda estava sendo discutida e aprofundada, ganha força a ideia de que a infância está desaparecendo, como é anunciado por Postman (1999). Entre essas referências e esses extremos, relativos a uma realidade social e cultural que a modernidade cria e que ela própria faz desaparecer, situa-se boa parte do debate atual sobre a infância, sobre o lugar reservado às crianças nas sociedades contemporâneas e sobre as representações que definem esse lugar. Nesse debate, que, como tantos outros, surge sob a marca do pós (pós-industrial, pós-moderno e agora, implicitamente, pós-infância), muitos falam sobre a infância por meio de um jogo de oposições, aproximações e semelhanças entre a criança e o adulto, criando desse modo determinadas figuras, como a criança-adulto e o adulto-criança. Essas figuras, já delineadas por Postman, também compõem nos debates acadêmicos sobre a infância, os quais ocorrem no Brasil e fazem parte das representações cotidianas sobre as nossas crianças².

A primeira, a figura da criança-adulto, remete tanto para uma criança potencializada por suas habilidades e conhecimentos, quanto para uma criança fragilizada em face de um mundo adulto que ameaça a própria existência da infância. Na sua versão potencializada, a figura da criança-adulto corresponde à avaliação de que as crianças de hoje são mais espertas, mais desenvolvidas, mais informadas. Nessa avaliação há um *plus* infantil, um valor agregado às nossas crianças, que é celebrado cotidianamente, em especial nos setores sociais em que a condição infantil é objeto de cuidados especiais.

Mas esse valor agregado não surge apenas na comparação com as crianças de algumas décadas atrás. Muitos adultos, relativamente às crianças atuais, também representam a si próprios em déficit, notadamente quando se trata do desempenho com as novas tecnologias de comunicação, no uso de computadores e da internet. Os adultos surpreendem-se diante da rapidez com que crianças e jovens aprendem a utilizar qualquer novo recurso, com a quantidade e a variedade de informações a que têm acesso, com a facilidade com que se comunicam na internet. O novo mundo tecnológico parece feito na medida das novas gerações que ensinam esses adultos, lentos e confusos, a situarem-se nessa espécie de futuro

² Este artigo é uma versão ampliada do texto apresentado, em novembro de 2010, na “mesa de debate” intitulada “Ingenuidade infantil: as crianças de hoje são mais sabidas?”, no 8º Colóquio Internacional do Lepsi, 3º Congresso da Ruepsy.

que já está no presente e se impõe a todos. Nessa nova realidade, crianças e jovens são alçados à posição de autoridades. Diante deles não são poucos os adultos que afiguram a si próprios com um duplo déficit: de um lado, enquanto crianças que já foram e que estão em causa quando comparadas às crianças de hoje em dia; de outro, enquanto adultos que se sentem fragilizados diante das demandas do novo mundo tecnológico.

A imagem de um adulto em déficit, com um saber já ultrapassado e, portanto, dispensável em face das rápidas mudanças do mundo contemporâneo, vem sendo parcialmente corroída já faz alguns anos, em parte como decorrência de questionamentos e falas que alertam para os perigos das novas tecnologias. Salienta-se, então, a necessidade de os adultos acompanharem de perto o uso que delas fazem crianças e jovens. Fala-se dos perigos relativos à exposição da intimidade na internet, da pornografia infantil e da pedofilia, da futilidade das informações que circulam na *web*, do excesso de tempo investido nela e nas relações virtuais. Esse tipo de alertas tem-se multiplicado e, à primeira vista, pareceria indicar que os adultos começaram a se posicionar de outro modo, assumindo que há um saber fundamental e necessário a crianças e jovens, que procede dos próprios adultos e de seu velho mundo, por mais ultrapassado que pareça – um saber que seria necessário para orientar-se neste mundo em que tudo parece tornar-se rapidamente obsoleto, incluídos os próprios adultos. Nesse registro ganha consistência a figura da criança-adulto em sua versão fragilizada, nutrida também por avaliações que recuperam elementos de uma infância considerada perdida, feita de brincadeiras de rua, jogos tradicionais e espontâneos, surgidos entre as crianças, numa época em que os pequenos não eram incitados a tomar decisões que cabiam ao mundo adulto, a TV não era tão importante e a internet não existia; num período em que as crianças ainda não tinham sido transformadas em consumidores em potencial.

A contraface dessa criança adultizada e fragilizada é a figura do adulto infantilizado, que se iguala às crianças, que não assume a sua responsabilidade diante do mundo e das novas gerações, que se sente perdido porque não encontra referências sólidas que o orientem e que se mostra incapaz ou pouco disponível para guiar as gerações que estão chegando – um problema já exposto por Arendt (1988) em seus célebres ensaios sobre a crise na educação. Essa figura do adulto-criança comparece com certa frequência nos debates atuais, nutrindo a ideia do adulto em déficit, que ainda não é suficientemente adulto.

A crítica a essa figura parece ter provocado alguns deslocamentos discursivos. Entretanto, a recorrência dessa temática indica que a figura do adulto-criança, vinculada a situações da vida diária em que os adultos precisam se posicionar diante das demandas de

uma criança, ainda está bem presente. Nessas situações, nas quais seria fundamental mobilizar saberes alicerçados em determinada tradição familiar, em experiências peculiares a determinada trajetória de vida, na singularidade dos desejos do adulto, o que é mobilizado é um saber de uma outra ordem, que, em parte, corresponde ao registro que Lajonquière (2010) situa, quando trata da naturalização da infância e do seu desdobramento atual no que ele chama de *A-Criança*. Esse saber procede do lugar onde esses mesmos adultos procuram o que é da ordem de seus ideais e corresponde, igualmente, ao lugar onde as crianças encontram os seus saberes e o saber necessário para alcançá-los, de forma mais ou menos imediata e com o intuito de deixar para trás a sua condição infantil. Desse lugar, entendido como registro dos ideais, podemos nos aproximar, se atentarmos para o traço que liga adultos e crianças às figuras já mencionadas.

Nesse traço, no hífen que cria as figuras da criança-adulto e do adulto-criança, no que ele contém e que foi recalcado, podemos encontrar o que é da ordem dos ideais de adultos e crianças. O que nesse traço está implicado é um significante que pouco comparece nos debates sobre a infância, os quais operam com essas figuras, apesar das representações que, vez por outra, o evocam. É o significante jovem/juventude, um significante ausente, mas que não deixa de ocorrer, provavelmente com a força que é própria do que opera desde um lugar não reconhecido.

No percurso que aqui será feito, esse significante-mestre é colocado no lugar daquele traço, com a intenção de redimensionar aquelas duas figuras (criança-adulto e adulto-criança) e assim tratar desta questão: as crianças de hoje são mais sabidas? Essa questão será desenvolvida, tendo em vista o que esse significante apagado instaura enquanto saber não sabido, que opera nas crianças e também nos adultos. Esse saber opera à maneira de um espelho infanto-juvenil, que as transformações culturais das últimas décadas, em comunhão com o mercado, a ciência e determinadas forças políticas e sociais, tornaram uma das matrizes discursivas do mundo atual, com as representações que hoje são modelares e que seus múltiplos dispositivos produzem e sustentam.

O que neste artigo está em foco é a procedência – e os elementos – dessa matriz, desse espelho infanto-juvenil, onde adultos e crianças procuram e encontram a melhor imagem de si mesmos, a imagem que determinados dispositivos mercadológicos e midiáticos (re)criam permanentemente, com o jovem suportando o lugar do ideal cultural, com tudo o

que isso implica, desde o ideal realizado até o lugar do dejecto, da violência gratuita e extrema, no ponto de maior vulnerabilidade social³.

DO TRAÇO AO SIGNIFICANTE

O ponto de entrada no tema proposto é o traço que liga crianças e adultos, por isso iniciaremos o percurso entrando na trilha do significante jovem/juventude, que nos reenvia para a década de 1960, a década que constitui uma espécie de origem mítica da nossa época. Nos anos 60, como é notório, em várias partes do mundo ocorreu a emergência que, naquele momento, transformou o significante jovem/juventude em um *significante de ressonância*⁴, produzindo-se assim um corte que (re) ordenou os discursos e representações que, até então, definiam o lugar do jovem. Um exemplo, no campo dos discursos teóricos, é a perspectiva de boa parte dos estudos sociológicos desenvolvidos até esse momento, com os jovens sendo pensados a partir da oposição desvio/norma, implicando desde a ideia de crise associada à adolescência até a de delinquência juvenil. O que nesse período ganha espaço, em meio aos debates sobre a participação política da juventude, é a categoria geração e o tema do conflito de gerações, com a condição juvenil adquirindo um sentido diferente daquele que tinha quando o desvio era considerado quase inerente a essa condição. É o que destaca Peralva, ao se referir à sociologia do desvio e ao jovem como categoria importante, senão central, nas representações sociais do desvio (1997, p. 19-20). Nos anos 1960, com a emergência dos jovens na cena pública, no âmbito da sociologia, toma vulto outra representação: a juventude “não é apenas vigiada e desviante: sua marginalidade inova e transforma”, no sentido de uma transformação da ordem social (PERALVA, 1997, p. 20).

Antecedendo essa emergência e a própria sociologia da juventude, é preciso situar a condição juvenil enquanto registro que se constitui no mundo moderno, com o alargamento crescente da escolarização e com a construção da adolescência/juventude como etapa de transição entre a infância e a idade adulta. Para situar melhor esse processo, vale a pena recuperar alguns elementos da análise feita por Ariès, em seu clássico estudo sobre o surgimento da infância e da família modernas nas sociedades europeias. De acordo com ele (1981, p. 46-47), “a consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a

³ Sobre a vulnerabilidade social dos jovens em América Latina, veja-se: Abramovay et al. (2002). Em relação ao Brasil, é ilustrativo o que ocorreu com as taxas de mortalidade entre 1980 e 2002: “Se a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu [...] a taxa referente aos jovens cresceu”, entendendo-se por jovens a faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos (WAISELFISZ, 2004, p. 25).

⁴ O conceito de *significante de ressonância* é um pequeno desdobramento do conceito de significante-mestre criado por Lacan. Trata-se de um significante-mestre que adquiriu ressonância social (REVAH, 2004).

guerra de 1914”, e apenas na passagem do século XIX para o XX surgiu um interesse sério sobre o que a juventude pensava, sendo realizadas pesquisas sobre ela. O tema da juventude configura-se após um longo processo histórico que, na modernidade, (re) ordenou as “idades da vida” procedentes das especulações medievais (ARIÈS, 1981, p. 34-46). Nesse processo, uma vasta terminologia das idades do medievo é incorporada, mas não sem que ocorram transformações nas representações antigas e nas realidades designadas.

No século XVI, quando se buscou traduzir essa terminologia para o francês, Ariès observa que não se dispunha de tantas palavras como o latim, existindo somente três: *enfance*, *jeunesse e vieillesse* (ARIÈS, 1981, p. 41). Juventude significava então “força da idade, ‘idade média’, não havia lugar para a adolescência. Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância” (ARIÈS, 1981, p. 41). Naquele século, justamente, o adolescente seria prefigurado pelo conscrito, tornando-se “a idade favorita” apenas no século XX, quando o significante juventude designava o “que então era a adolescência”, de acordo com o que Ariès sugere (1981, p. 46). Esse mesmo significante, nos séculos XVI e XVII, responde por uma outra representação: diz respeito à juventude militar, na qual esse século se reconhecia e valorizava, tornando-a “a idade privilegiada”. Esse “homem jovem”, diz Ariès, “não era um rapaz”, embora hoje tivesse idade para ser considerado como tal. Correspondia a essa segunda categoria das idades, entre a infância e a velhice, que, no século XVIII, era chamada de “juventude” (1981, p. 48).

Em relação à velhice, o que convém destacar é a inexistência de um termo entre ela e a juventude, relativo à idade adulta. Além disso, as significações a ela associadas também variaram. Nos séculos XVI e XVII, a “França antiga não respeitava a velhice: era a idade do recolhimento, dos livros, da devoção e da caduquice” (ARIÈS, 1981, p. 48). Mais tarde, no século XIX e adentrando no século seguinte, houve uma evolução “em duas etapas: primeiro, houve o ancião respeitável, o ancestral de cabelos de prata [...] o patriarca de experiência preciosa”, até hoje restando “alguma coisa desse respeito pelo ancião”; mais tarde, numa segunda etapa, “o ancião desapareceu. Foi substituído pelo ‘homem de uma certa idade’, e por ‘senhores ou senhoras muito bem conservados’” (ARIÈS, 1981, p. 48).

No caso do significante *enfant* (criança), no final da Idade Média seu sentido era particularmente amplo, notando-se uma evolução somente no século XVII entre a burguesia, quando “os termos utilizados para designar a infância se tornaram numerosos e sobretudo modernos” (ARIÈS, 1981, p. 41-44). O que então prevalece, se considerarmos o que se manifesta na “língua comum”, é a ideia de uma “longa duração da infância”, que “provinha de

uma indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência”, saía-se “da infância ao se sair da dependência” (ARIÈS, 1981, p. 42).

O (re)ordenamento das “idades da vida” na modernidade, com seu último avatar no século XX, quando, segundo Ariès, a adolescência se torna “a idade privilegiada”, ocorre graças a um processo histórico que primeiramente fez emergir a infância, envolvendo transformações em vários âmbitos, como a educação e a família. Na sociedade medieval, conforme indica o historiador francês, sequer existia o sentimento da infância, no sentido de uma percepção da sua especificidade. Logo que a criança passava o período mais frágil, confundia-se com os adultos, de acordo com uma sociabilidade densa que misturava estamentos sociais, idades e espaços diversos. Do fim da Idade Média ao século XVII, Ariès destaca um conjunto de mudanças nas sociedades europeias que, aos poucos, vão estabelecendo os contornos da infância. Por exemplo, na iconografia encontram-se crescentes sinais de “reconhecimento da infância”: há mudanças nas roupas, com a intenção de distinguir crianças de adultos, e elas se tornam objeto de um sentimento novo, que Ariès chama de “papuricação” (1981, p. 158). A família, que no medievo “não existia como sentimento ou como valor”, torna-se cada vez mais importante: no seu interior surgem sentimentos novos de afeição entre pais e filhos, e ela se reorganiza, a partir do século XVIII, em torno da criança (ARIÈS, 1981, p. 273). De modo que os adultos “passam a se preocupar com sua educação, carreira e futuro” e surge assim uma crescente preocupação moral (ARIÈS, 1981, p. 270). Já não se vê com bons olhos a mistura de idades, é preciso preservar a inocência infantil da “sujeira da vida” e “fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão” (ARIÈS, 1981, p. 146). Impõem-se cada vez mais a vigilância e o controle sobre a infância, que deve ser disciplinada.

No disciplinamento da infância, a escola moderna tem um papel fundamental. É o que Ariès também destaca. Ela substitui a “aprendizagem” como meio de educação e cria uma espécie de quarentena, ao separar as crianças dos adultos por períodos cada vez mais prolongados. Com a transformação dos colégios em instituições de ensino, a partir do século XV, impõe-se uma hierarquia autoritária nas pequenas comunidades de estudantes que nelas viviam. Além de instruir, torna-se prioritário educar, disciplinar o corpo e a alma. No colégio, de início, as idades continuaram misturadas, como na escola medieval, mas começou-se a distinguir uma primeira infância – relativa a crianças sem idade suficiente para ingressar numa instituição escolar – de uma infância escolarizada, uma segunda infância, na qual mal se distinguem as idades, pois a idade não constituía um critério válido para separar os alunos.

Nesse momento, eles são divididos em grupos de igual capacidade, com um mestre, até que se avança em direção à estrutura de classe escolar, com um mestre para cada turma de alunos do mesmo nível. No século XIX, consolida-se a divisão em classes de idade, e a distinção entre a segunda infância e a adolescência/juventude se faz em fins desse século (ARIÈS, 1981, p. 176). Segundo Ariès, essa última diferenciação ocorre “graças à difusão, entre a burguesia, de um ensino superior” (ARIÈS, 1981, p. 176)⁵.

A crescente difusão do ensino superior está na raiz da emergência juvenil que ocorre nos anos de 1960. Essa emergência é impensável sem a constituição dessa fase de transição para o mundo adulto, que tem sido caracterizada como uma “moratória”: um tempo de preparação, de formação, de estudo, que posterga a entrada do adolescente ou do jovem no mundo do trabalho, bem como a formação de uma família e a participação na vida adulta com os mesmos direitos e deveres do adulto (CALLIGARIS, 2000, p. 15-16; ABRAMO, 2005, p. 41). Essa irrupção no espaço público, relacionada também com o aumento da população juvenil, envolveu jovens estudantes das camadas médias que, naquela década, se mobilizam em várias partes do mundo, fazendo questionamentos de toda ordem: contra o capitalismo, a sociedade de consumo, a tecnocracia, o autoritarismo, a burocracia, as injustiças e as desigualdades sociais, as instituições, os valores e os comportamentos considerados burgueses ou tradicionais. São manifestações de natureza política e cultural, impossíveis de serem unificadas sob uma mesma identidade, como aponta Cardoso (2005, p. 101), ao ressaltar o seu caráter conflitante e contraditório. Nessa época, no Brasil, as expressões dos jovens são as mais diversas, desde a sua participação nos Centros Populares de Cultura antes do regime militar, até a intensa mobilização estudantil que ocorre na segunda metade dessa década, já sob a ditadura. Sem contar os grupos de esquerda que optam pela luta armada e toda a efervescência cultural do período, com frequência inseparável das questões políticas, como a participação dos jovens nos festivais de música, o *rock*, a *tropicália*, o cinema novo e os grupos de teatro Arena e Oficina.

Essa emergência juvenil sofre, na década seguinte, uma inflexão que corresponde à que ocorre com os acontecimentos do emblemático ano de 1968 – “objeto de recusa violenta

⁵ Apesar das ressalvas e dos questionamentos feitos às teses de Ariès, certas linhas gerais da sua análise permanecem válidas, a começar pela ideia hoje corriqueira – e que muito deve à sua pesquisa – sobre o caráter cultural e histórico das fases da vida. Nota-se também que continuaram sendo desdobradas e valorizadas as suas considerações sobre as transformações na família, as peculiaridades da infância moderna e a relevância dos processos de escolarização no surgimento tanto da infância quanto da adolescência/juventude. Esta última configura-se, como assinala Ariès, em razão da ampliação da escolaridade em níveis cada vez mais elevados, estendendo-se, ademais, de modo a abranger vários setores sociais.

por parte do *establishment*” (CARDOSO, 2001, p. 201). No Brasil, essa inflexão acontece em fins desse ano, quando a ditadura militar inicia o período mais repressivo e acabam as manifestações de rua. A década seguinte, avaliada por muitos como uma década de “vazio cultural” e de crescente desinteresse dos jovens pela política (HOLLANDA, 1980, p. 10, p. 65), é um período em que os questionamentos e os comportamentos contraculturais se multiplicam entre jovens das camadas médias, os quais investem em relações e âmbitos do cotidiano, tendo em vista um modo de vida alternativo.⁶ Nessa mesma década, na sua segunda metade, a geração jovem que está nas universidades é a que faz ressurgir o movimento estudantil, porém sem a relevância anterior e nota-se um forte refluxo já na primeira metade dos anos de 1980, quando também refluem outras expressões juvenis que vinham desdobrando as questões que emergiram na década de 1960. Nesse período, outros atores sociais ganham visibilidade no espaço público, como os novos movimentos sociais populares que emergem nas grandes cidades e o novo sindicalismo da região do ABC paulista.

No percurso que se estende da emergência juvenil da década de 1960 ao refluxo que se observa na primeira metade da década de 1980, o significante-mestre jovem/juventude perdeu a sua antiga ressonância, mas não deixou de ficar atrelado aos “anos 60”, sob a forma da figura juvenil que a memória coletiva, mítica e midiática fixou nesses anos: a do jovem iludido com a transformação radical do mundo e com certo futuro idílico nela implicado. Essa e outras figuras congeladas na memória coletiva são o que sobrou de um processo histórico no qual coube um papel fundamental à indústria cultural, que, no Brasil, teve um forte desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970.⁷ Com as apropriações que essa indústria opera, desde o momento em que a contestação juvenil fica sob o prisma do mercado, o universo de valores e comportamentos que os jovens configuram é potencialmente o universo que a indústria cultural e o mercado de massas (re)configuram, na mesma medida em que tudo é transformado em artigo de consumo para os jovens e, crescentemente, para toda a sociedade, na qual o jovem se torna, afinal, o seu modelo cultural, o seu ideal. De modo que, enquanto os jovens contestam o *status quo*, o mercado segue a sua lógica: vende, (re)criando assim o nosso atual ideal.⁸

⁶ Sobre a diversidade de expressões e atividades que configuram o circuito alternativo no Brasil, ver: Risério et al. (2005).

⁷ A respeito dessas figuras, veja-se: Cardoso (2005, p. 93).

⁸ Essa não foi a única força que operou (re)desenhando a contestação juvenil. Coube também um papel destacado, no caso do Brasil e da América Latina, à repressão política, social e cultural das ditaduras militares desse período. E ainda é preciso considerar as dinâmicas e os percursos dos grupos, experiências e iniciativas juvenis que prolongaram as temáticas e as questões da década de 1960 na década seguinte. Nesses processos e

NA TRILHA DOS NOVOS GRUPOS JUVENIS

A figura do jovem idealista e politizado, que acredita na transformação do mundo e aposta num futuro radicalmente diferente do presente, é rechaçada pelas expressões juvenis que adquirem visibilidade no espaço público na primeira metade da década de 1980, quando “deixa de haver grandes acontecimentos envolvendo grupos juvenis e o cenário é marcado principalmente por uma grande fragmentação”, como afirma Abramo (1994, p. 42), que estudou dois grupos juvenis desse período – os *punks* e os *darks*. Retomaremos aqui alguns elementos desse estudo, apenas para situar algumas características desses e de outros grupos juvenis que continuam a proliferar até hoje, mobilizando-se e centrando a sua atuação em espaços públicos ou semipúblicos, no campo da cultura, da diversão e do lazer, conforme indicam inúmeros estudos (ABRAMO, 1994; MAGNANI, 2005; ALMEIDA, 2009).

Os *punks* já se fazem notar em fins da década anterior e definem um grupo que envolve, pela primeira vez no espaço público, jovens pertencentes aos setores populares, que moram no subúrbio e nas periferias das grandes cidades. Os *darks* surgem alguns anos depois, com jovens estudantes de São Paulo provenientes das camadas médias que estavam cursando a universidade ou saindo dela ou do colégio e que se apropriam de elementos do movimento *punk*, inspirando-se, assim – também pela primeira vez no Brasil –, nas expressões dos jovens das camadas populares. Segundo Abramo (1994), os *punks* são os que lançam a pista de uma nova forma de manifestação e atuação juvenil, com um “estilo espetacular”, em que a imagem e o próprio corpo se tornam elementos fundamentais de uma encenação crítica realizada em espaços públicos ou semipúblicos de diversão e de lazer. Seguindo a pista por eles definida, que procede também de elementos de uma cultura juvenil internacional enraizada no *punk* inglês, surgem posteriormente vários grupos: carecas, metaleiros, *darks*, *rappers*, etc.

Para Abramo (1994, p. 156), essa emergência múltipla e fragmentada se processa num período em que muda a condição juvenil: “a *experiência comum* que marca esta geração de jovens parece mesmo a experiência da *crise*, principalmente a de perspectivas e possibilidades de estruturar projetos de vida individual e coletiva”. Esses jovens, insatisfeitos e descontentes, encontram no ideário *punk* “uma maneira de *atuar*, algo em torno do qual

percursos individuais e coletivos que ainda se prolongam nos anos de 1980, ocorreu um apagamento ativo de determinadas referências, envolvendo parte do que vinha sendo desdobrado nos questionamentos juvenis da década de 1960 (CARDOSO, 1999, 2001, 2005). É um recalque que incide na memória coletiva e cujos efeitos parecem persistir até hoje, com a transformação do que aconteceu naquelas décadas numa fonte inerte, aliada à criação da contraface contemporânea dos “anos 60”, na figura do jovem supostamente desprovido de qualquer potencial crítico e transformador.

estruturar uma diversão genuína, intensa, que fornecesse ao mesmo tempo uma identidade singular e uma forma de expressar a insatisfação” (ABRAMO, 1994, p. 93). Inspirados nesse ideário, a “experiência de crise” é (re)elaborada de forma crítica nos espaços de diversão e de lazer, que são precisamente os espaços onde a indústria cultural e o mercado investem de forma incisiva na construção do nosso ideal contemporâneo, do nosso atual modelo cultural, antes mesmo da contestação juvenil dos anos 60. No caso dos jovens dos setores populares, no Brasil dos anos 70 surge um mercado que a eles se dirige como potenciais consumidores, com produtos e serviços específicos, apesar de seu baixo poder aquisitivo (ABRAMO, 1994, p. 60).

A diversão desses jovens articula-se em boa parte em torno da música; o *rock* é a fonte desses grupos, que se expressam de forma crítica na década de 80, notando-se, aí, certa continuidade em relação aos gostos e manifestações juvenis das décadas precedentes. São grupos cuja atuação se restringe ao campo do lazer e do consumo, embora recusem qualquer acomodação ao que o mercado de massas oferece e às modas que cria, em relação às quais se contrapõem por meio de um estilo que, nos *punks*, segue este princípio: “faça a sua música, o seu estilo, não se acomode na postura do espectador passivo” (ABRAMO, 1994, p. 84). Para a criação desse estilo singular servem os próprios elementos do consumo de massas e de objetos usados de modo estranho, que buscam chocar, provocar estranhamento e interrogação, com símbolos que expõem a negatividade que a sociedade atribui a esses grupos juvenis. Tomando o feio, o lixo, a falta, a indignância, a violência – física ou simbólica – como referências para a construção de um estilo que define a própria identidade, os *punks* constroem uma imagem positiva para si (ABRAMO, 1994, p. 103). E, assim, posicionam-se de maneira crítica em face da sociedade, a que acusam por meio de um espelhamento, como nota Abramo, pois “a realidade é que é indigente, a sociedade é que está podre”; “punk é a realidade”; não há futuro, nem para eles nem para a sociedade (1994, p. 102).⁹

Como observa esse autor, esses grupos juvenis que proliferam desde os anos de 1980 deixam pouco a pouco de impactar, de surpreender, seguindo à deriva, que é própria dessa década e da seguinte, quando pouco parece restar do potencial crítico dos jovens, com uma ou outra expressão, manifestação ou movimento com esse sentido, reconhecido socialmente. Um

⁹ A marginalidade que caracteriza grupos como os *punks* e os *darks* é bem diferente da que se constitui nos anos 70 no campo alternativo. Para eles, não se trata de criar qualquer alternativa, qualquer estilo ou modo de vida alternativo. “Continuam trabalhando, ou procurando emprego, vivendo e estudando como antes, sem buscar articular uma outra rede de atividades que os retire do sistema produtivo e institucional” (ABRAMO, 1994, p. 147). Eles “se preocupam muito em não se deixar enganar por ilusões fáceis; desconfiados em relação à promessa de um mundo melhor, preferem assumir o vazio e a falta de perspectivas” (ABRAMO, 1994, p. 154).

desses momentos pode ser situado no início dos anos 90, quando houve uma súbita emergência do movimento estudantil dos “caras pintadas”, nas manifestações pelo *impeachment* do presidente Collor. Esse movimento contra a corrupção no governo federal parece ter-se esfumado com a mesma rapidez com que surgiu. Em relação ao percurso dos grupos juvenis que emergiram na década de 80, em São Paulo, por exemplo, nota-se certo vigor nas expressões da cultura *hip-hop*, nos *rappers*, com músicas cujas letras se posicionam criticamente em face da miséria, da falta de perspectivas, da violência policial, do mundo que continua a ser visto como um inferno. São expressões que, por vezes, beiram a apologia da violência, da criminalidade e do tráfico de drogas, como ocorre em grandes cidades como São Paulo e Rio, nesta última, porém, vinculadas ao *funk*, que remonta à década de 70¹⁰.

Passadas mais de quatro décadas da emergência juvenil ocorrida nos “anos 60”, pode-se dizer que o potencial crítico dos jovens em espaços públicos ou semipúblicos ficou quase confinado aos espaços de diversão, lazer e consumo, em expressões que, em geral, não adquirem um sentido político que alcance maior visibilidade, por vezes, inclusive, imbricando-se e confundindo-se com o universo da violência e do crime. No apagamento do sentido crítico e político dessas manifestações juvenis, é preciso considerar a imagem plasmada da juventude dos “anos 60”, que adquiriu um sentido positivo e que, em boa parte, é constituída por caricaturas. Como aponta Abramo (1997, p. 31), essa imagem foi erigida em “modelo ideal” e com ela se desqualificam as expressões juvenis das décadas de 1980 em diante, sem interrogar nem perceber os pontos de vista e os questionamentos dos implicados nas novas formas de culturas juvenis. A participação desses jovens é, assim, avaliada pela “constatação da ausência” (ABRAMO, 1997, p. 28), pondo-se a ênfase no seu desinteresse pelas formas tradicionais de fazer política e pelas questões sociais, ressaltando-se o seu conformismo, o hedonismo e o estilo espetacular da sua atuação, para desqualificá-los.

Em relação ao significante-mestre jovem/juventude, nota-se que perdeu a ressonância que outrora tinha, mas não a sua força. Ademais, as costuras que foram feitas com esse significante levaram à demarcação de um outro lugar, o lugar de um ideal cultural, de acordo com o que é possível perceber nas representações que atualmente prevalecem e que muito devem a seu percurso. É o tema do próximo item.

¹⁰ Este artigo buscou apenas situar certas questões e traços que predominaram e que ainda parecem predominar entre os grupos juvenis. Há muitos grupos que emergem em estudos recentes, com traços que se distanciam dos que foram destacados neste artigo, como os referidos por Magnani (2005).

SER JOVEM, SER “VELHO”

Nas representações atuais, a juventude não se encontra referida apenas a uma faixa etária, conforme corroboram determinadas pesquisas, como a de Pimenta (2007), que focalizou as representações sociais sobre a juventude e a idade adulta em pessoas do município de São Paulo, na faixa compreendida entre 19 e 32 anos¹¹. Nessa investigação, realizada em meados da última década, a autora constata que a transição para a idade adulta é pensada como uma passagem direta do adolescente para o adulto, prescindindo da juventude como etapa de transição. A transição envolve a oposição adolescente/adulto e não jovem/adulto, de maneira que a representação do adulto é construída por meio de uma oposição em relação à representação do adolescente. Além disso, as “características tanto da adolescência, quanto da fase adulta, estão fortemente relacionadas à idade, a uma determinada faixa etária” (PIMENTA, 2007, p. 139), o que não é o caso da juventude, que “não parece depender de limites de idade e não se circunscreve a um intervalo etário específico. Em vez disso, é considerada como um ‘estado de espírito’ que pode ser compartilhado por todas as pessoas” (PIMENTA, 2007, p.130). É “um *modo de ser ideal*” ou “um *estilo de vida idealizado*” (PIMENTA, 2007, p. 144). O significante jovem/juventude estabelece assim certa continuidade na separação e oposição implicada no par adolescente/adulto. Com ele, ademais, é feita uma costura que retém, no lugar que esse significante define, traços ora associados ao adolescente, ora vinculados ao adulto, bem como outros que o definem em sua especificidade.

Essas representações sobre a juventude já vêm sendo constatadas e discutidas por outros autores, como Peralva (1997, p. 23), que ressalta o fato de o jovem ter-se tornado um modelo cultural e a juventude, uma noção que não mais corresponderia a um determinado grupo etário. Na construção dessas representações concorrem processos de diferentes ordens, que tornaram flexíveis e instáveis determinados marcos relativos à escolaridade, à entrada no mundo do trabalho, ao casamento, à paternidade e à maternidade. Esses marcos, enquanto operadores que definem as representações sobre o que é ser adolescente, jovem e adulto, tornaram-se problemáticos.

A transição para a vida adulta era concebida, classicamente, segundo “os seguintes marcos: deixar a escola; começar a trabalhar; sair da família de origem, casar e formar um novo lar (e ter filhos)” (ABRAMO, 2005, p. 44). Nas últimas décadas ocorreu uma mudança importante em relação a essa transição, apontada por vários autores e estudos, que a ela se

¹¹ A autora desenvolveu a sua pesquisa com 35 pessoas de ambos sexos e origens socioeconômicas diferentes (classificadas em médio-alto, médio e baixo), por meio de discussões em grupos focais e entrevistas individuais.

referem por meio de diferentes termos, como “desregulação” e “desnormatização” (SPOSITO, 2002, p.12). Entende-se que houve uma “descronologização do percurso das idades”, e “a entrada no mundo adulto se faz cada vez mais tarde (estendendo ainda mais o tempo da juventude), segundo etapas variadas e desreguladas, sem uma linearidade padrão” (ABRAMO, 2005, p. 44). Fala-se também em “desinstitucionalização” ou desorganização do modelo ternário do ciclo de vida, envolvendo a velhice. Segundo esse modelo, o ciclo de vida envolvia a formação na juventude, o trabalho na idade adulta e o repouso na velhice (PERALVA, 1997, p. 21). Essas divisões ficaram embaralhadas. Pimenta lembra que as “tradicionais distinções entre o estudante e o não estudante, o trabalhador e o não trabalhador, o solteiro e o casado dão lugar a novos estatutos intermediários e reversíveis, mais ou menos transitórios e precários” (PIMENTA, 2007, p. 94). Mesmo assim, aqueles marcos continuam operando, embora de outro modo, nas representações que são construídas.

Para as pessoas pesquisadas por Pimenta, ser adulto envolve algumas características gerais: a primeira delas é responsabilidade “sobre si próprio, sobre os próprios atos, sobre outras pessoas” (PIMENTA, 2007, p. 131), além de outras mencionadas também com frequência, como formar família, ter filhos, casar e trabalhar. Nessa caracterização estão implicadas práticas associadas ao mundo adulto (sustentar-se, cuidar da casa, ajudar a família, etc.) e mudanças de atitude, como abandonar comportamentos considerados adolescentes e assumir obrigações e deveres. A idade adulta é também o momento em que se começa a ter consciência dos próprios atos e problemas e se muda a situação de vida (implica sair de casa, ganhar dinheiro, etc.) (PIMENTA, 2007, p. 132-133).

Nessas representações, cabe distinguir diferenças importantes, quando considerada a origem socioeconômica. No “segmento mais favorecido economicamente, especialmente do sexo masculino”, os participantes da pesquisa “sugerem uma identidade adulta fortemente individualizada, baseada na autonomia e na capacidade de auto-gestão”(PIMENTA, 2007, p. 135). Nesse setor social, uma das características atribuídas ao adulto de maneira mais enfática é “a independência econômica e financeira em relação aos pais” (PIMENTA, 2007, p. 135). Como segunda característica “mais enfatizada”, a autora menciona a “autonomia da pessoa adulta”, entendida como “liberdade para agir” e “capacidade para efetivar as próprias decisões”. Nessas representações, envolvendo também as mulheres, a “autonomia” é entendida principalmente no sentido de não depender de outros, seja do ponto de vista financeiro, seja em relação a outras dimensões.

Muito diferente é a representação do adulto no “segmento menos favorecido”. Poder-se-ia dizer que é inversa à anterior e é construída principalmente “em torno de papéis familiares” (PIMENTA, 2007, p. 137). O aspecto “mais importante e mais frequentemente evocado [...] foi a situação da maternidade ou paternidade [...] ter filhos, assinala a transição definitiva para a vida adulta” (PIMENTA, 2007, p. 138). Em segundo lugar, destaca-se o casamento. Pimenta aponta também o uso reiterado da expressão “ter que”, subentendendo a palavra “obrigação”: “A obrigação mais importante, em relação à família, é ajudar” (PIMENTA, 2007, p. 138). Desse modo, o que sobressai nesse setor social é a situação de dependência, no sentido de que a entrada na idade adulta implica ter pessoas que dependem do novo adulto, levando-o a assumir certas obrigações.

Em relação à adolescência, dentre “os aspectos mais recorrentes”, em primeiro lugar Pimenta destaca os que “evocam” a dimensão lúdica, a qual aproxima a adolescência da infância. E reforça essa ideia quando diz que a característica mais importante das representações sobre a adolescência “talvez” sejam as “práticas de lazer”, relacionadas com atividades associadas à diversão e ao prazer (PIMENTA, 2007, p. 141).

Em relação às representações sobre o que significa “ser jovem”, enquanto “estado de espírito”, Pimenta ressalta que a maior parte das práticas referidas pelos sujeitos pesquisados foi associada a “atividades de lazer e de consumo” (2007, p. 145). Além disso, as práticas mencionadas adquiriram “conotação positiva quando colocadas em oposição às chamadas práticas não-juvenis ou ‘atitudes de velho’” (PIMENTA, 2007, p. 145-146). Ser jovem “é estar mais predisposto ao envolvimento com atividades de lazer”, “saber se divertir”, “saber aproveitar a vida” (PIMENTA, 2007, p. 145-147).

Pimenta também esclarece que “ser jovem” concerne a determinada “fase da vida, que ora parece aproximar-se da adolescência, ora da idade adulta” e nos homens, principalmente, foi “associada a uma época de poucas – ou nenhuma – responsabilidades com as quais se preocupar” (2007, p. 147). A dimensão do prazer e o fato de preocupar-se consigo mesmo aí ganham relevância. À diferença do “homem adulto, que tem dependentes, o jovem só tem responsabilidade consigo mesmo” e, por ter menos responsabilidades (com o trabalho e a família), “dispõe de mais tempo para o lazer”, estando aí implicadas as ideias de “despreocupação” e “liberdade” (PIMENTA, 2007, p. 147). A representação do jovem diferencia-se da dos adolescentes, porque ele já teria uma certa idade para ter consciência, porque pensa para fazer certas coisas e sabe o que quer. Esses são aspectos que, na avaliação de Pimenta, aproximam os jovens dos adultos, os quais, no entanto, conservariam traços

“descontraídos”, de modo a não se aproximar das “atitudes de velho” (PIMENTA, 2007, p. 148). A juventude corresponde também ao período de “construção da identidade social e profissional” (PIMENTA, 2007, p. 148-149).

A maior parte dos participantes dessa pesquisa “preferiram designar-se como ‘jovens adultos’ ou ‘adultos jovens’”, com uma identidade que é assumida aproximando-se ora da representação feita do adulto, ora da do jovem (PIMENTA, 2007, p. 155). Relacionado com o lado adulto, é destacado o tempo do trabalho, entendido como espaço onde é adequado ser adulto, enquanto “ser jovem” vincula-se ao tempo do lazer. Neste realiza-se, então, o que é da ordem do ideal, da plenitude.

Considerando as confluências que as representações dessa pesquisa produzem, poder-se-ia dizer que o ideal constituído por meio do significante jovem/juventude guarda traços – avaliados positivamente – das representações do adolescente e do adulto. Ser jovem, com um sentido positivo e com traços que remetem à adolescência, envolve o tempo livre, o usufruto nos tempos e nos espaços de lazer e diversão, o prazer que advém desses momentos, qualidades como disposição e energia, a preocupação apenas consigo mesmo e a despreocupação com maiores responsabilidades. “O jovem só tem responsabilidades consigo mesmo”, destaca Pimenta. Mas esse também é um atributo do adulto, que tem “a responsabilidade por outros ou por si próprio” (PIMENTA, 2007, p. 147; 157). Ao jovem, na verdade, atribui-se somente um desses dois traços do adulto, justamente aquele que parece essencial na representação que prevalece no “segmento mais favorecido”, no qual a “autonomia” não outorga qualquer relevância à responsabilidade ou a encargos por outros que do adulto dependem. Antes de mais nada, é enfatizado que não se depende de outros.

Nessas representações sobre o que significa ser jovem, o que tende mesmo a sobressair são traços que remetem para a representação que é feita da adolescência, muito embora essa não seja a avaliação que tende a fazer a autora dessa pesquisa. Inclusive, o que é retido enquanto traço de adulto em boa parte remete para essa representação, na medida em que “só” ter “responsabilidades consigo mesmo” supõe não ter responsabilidades com os outros, à semelhança do adolescente, do qual ninguém a princípio depende. É também o que a ênfase na “autonomia” do grupo médio-alto tende a deixar em primeiro plano, além da possibilidade de tomar decisões por si só e não depender de outros, o que, poder-se-ia dizer, implica a recusa de determinados traços do adolescente avaliados negativamente. Entretanto, essa característica é a que também tende a apagar ou atenuar, nesse mesmo grupo, outra

representação fortemente associada ao adulto: a responsabilidade e as obrigações com os que dele dependem e que tornam ele próprio dependente diante deles¹².

A partir do que foi exposto e também de percepções que podemos ter no dia a dia, vale a pena destacar alguns pontos. Nas representações sobre o jovem, enquanto ideal cultural, o setor social com maior poder de consumo tende a ser a sua fonte principal, como é possível notar no estudo de Pimenta. Abramo também conclui na mesma direção, quando diz que “a experiência dos jovens burgueses [...] funciona até hoje como padrão ideal” (ABRAMO, 2005, p. 43). E os espaços onde esse ideal se efetiva são precisamente os espaços onde o setor social de maior poder de consumo tem o seu acesso facilitado. Neles, nos espaços de lazer, diversão e consumo, define-se então o nosso ideal cultural contemporâneo, ideal do qual resulta o valor de tudo o mais, como o da escola, na qual muito do que ocorre deve ser pensado a partir do que ele institui. Nesses espaços, como já vimos, há uma forte incidência do mercado e da mídia, cuja presença tende a esvaziar o seu possível potencial crítico ou político. Referente àqueles espaços, constrói-se um ideal que torna os jovens adolescentes os nossos guias, a considerar os traços mais valorizados na pesquisa de Pimenta e as reflexões de determinados autores, como Calligaris (2000). Os jovens adolescentes são “guias para o presente e um atalho para o futuro”, afirma sem meias palavras um colunista de um jornal paulista que aconselha consultar “seus filhos, seus netos, a turma deles” para “posicionar sua empresa na forma moderna”. Hoje, eles ensinam os próprios pais: “Antes, ser pai era ensinar. Hoje, ser pai é aprender”¹³.

Como disse Ariès, o século XX é “o século da adolescência”, ela é a “idade favorita” desta época, tendo-se expandido de modo a empurrar “a infância para trás e a maturidade para frente” (ARIÈS, 1981, p. 46-47). As diferenças etárias parecem diluir-se diante do alargamento desse ideal que é instituído, primeiramente, com o significante jovem/juventude. “Todos” querem ser jovens. Os mais velhos diferenciam-se apenas porque são “jovens há mais tempo”, como dizem alguns. No âmago do jovem está o adolescente, de maneira que o (re)ordenamento dos “anos 60” e das décadas seguintes manteve consigo o que o significante-mestre jovem/juventude parecia carregar como que embutido. Sobre esse ideal, sobre o jovem adolescente como ideal, vale a pena enfatizar que a deriva que é própria dessas décadas deixou-nos como guia somente o jovem com algum potencial de consumo. Realizar o ideal implica essa potência.

¹² Várias conclusões da investigação realizada por Pimenta são confirmadas por outros estudos, como é o caso da pesquisa nacional “Perfil da juventude brasileira”. A esse respeito, veja-se: Abramo (2005).

¹³ GUANAES, 2011.

Os jovens que assim podem situar-se são os que ocupam um lugar que poderíamos considerar equivalente ao lugar que outrora era atribuído aos velhos, em um passado que ainda poderia ser situado em parte do século XX, antes da emergência dos “anos 60”, muito embora o seu declínio, que corresponde ao declínio da autoridade dos mais velhos, remonte à própria modernidade. Daí, talvez, o modo como muitos adolescentes e jovens se chamam entre si, pelo menos em São Paulo e, ao que parece, apenas em setores sociais com certo poder aquisitivo, como as camadas médias. Eles se chamam de “velho”, sempre no gênero masculino, na relação entre meninas, entre meninos e meninas ou entre meninos, indicando certa cumplicidade, certas referências compartilhadas, demarcando o lugar não de “crianças sabidas”, mas de “jovens sabidos”. Eles, afinal, já são os “velhos”.

Para aprofundar o que pode estar implicado no uso desse significante, podemos atentar para alguns traços do que, no passado, significava ser velho e que hoje não necessariamente corresponde aos que efetivamente se encontram na velhice. Eis, então, estes traços: os velhos não trabalham mais, já não precisam assumir esse tipo de obrigações; eles devem ser cuidados, não estando em condições de cuidar de ninguém; os velhos guardam consigo a sabedoria que toda uma vida possibilitou; estão próximos da morte, de modo que o presente conta mais que o futuro. Esses traços, sem muita dificuldade, poderiam ser associados aos “jovens sabidos” ou jovens “velhos” de hoje: eles tampouco trabalham, embora tenham obrigações como a escola, que não por acaso se tornou um lugar problemático; os jovens “velhos” não cuidam de ninguém, antes são cuidados; estão no lugar do ideal e talvez por isso conhecem, com agudez extrema, os caminhos do saber necessário ao consumo; possuem o saber que os torna “sabidos”; para eles, antes de se preparar para o futuro, importa viver o presente¹⁴; com maior frequência são alvos da violência e da morte. Nutrindo este último traço, enquanto contraface do ideal cultural, há também muitos jovens, especialmente de determinadas regiões pobres das grandes cidades, cuja trajetória de vida é sabidamente curta, porque envolvidos com a criminalidade. Nessa trajetória encurtada pela violência, já são “velhos” quando ainda jovens.

Nesse caso, esses jovens “velhos” constituem os restos não assimilados e não assimiláveis do ideal cultural. E não são os únicos. Há sobras de diferentes ordens, envolvendo diferentes faixas etárias e todas as camadas sociais. A começar pelos jovens dos setores populares, que buscam realizar o que é da ordem do ideal e que, ao mesmo tempo, são

¹⁴ A esse respeito, note-se que o sentido da “moratória” juvenil mudou. Antes do que preparação para o futuro, o que conta nessa fase é “aproveitar a vida”, a vivência juvenil tem “sentido em si mesma”, não é mais um período de “suspensão” e ‘espera’ para poder realizar melhor as coisas no futuro” (ABRAMO, p. 43, p. 59).

excluídos das condições que supostamente possibilitariam alcançá-lo. Também é o caso dos jovens desse mesmo setor social, que articulam alguma forma de crítica nos espaços onde esse ideal se efetiva e (re)cria, com a indústria cultural (re)utilizando todo e qualquer resto crítico que obstaculize a lógica do mercado, para devolvê-lo, transformado, ao mesmo lugar, de modo a tornar assimilável o que a princípio não era. Uma operação que, como já foi mencionado, vem sendo realizada há décadas, de maneira que a crítica juvenil acaba nutrindo, paradoxalmente, o mesmo que combate. Quanto aos jovens consumidores em potencial, os jovens “velhos” privilegiados por sua condição social e pelas imagens que a mídia produz e faz circular, sofrem também, embora de outro modo, os efeitos relativos à sustentação desse lugar. Nesse setor social, articula-se também o que é da ordem da contraface do ideal cultural. A depressão, que na verdade não se circunscreve a determinado setor social, é um exemplo desses sintomas contemporâneos que caberiam ser entendidos na dimensão dessa contraface, desse buraco para onde conflui tudo o que sustenta e, ao mesmo tempo, impede a realização do ideal. Em relação às crianças e aos adultos em face desse ideal, pode-se dizer que pouco participam da sua produção, na mesma medida em que não fazem parte dos “circuitos” juvenis que servem de matéria-prima para boa parte das representações que o definem. Mas isso não significa que não participem da sua (re)elaboração em outros lugares e a partir deles, com os particulares sintomas que essa apropriação produz.

As crianças de hoje são mais sabidas? Elas são “mais sabidas” na mesma medida em que nelas opera o saber juvenil e adolescente que os jovens “velhos” conhecem como ninguém. Saber de “velhos” que (des)orienta sobre o que é mesmo importante neste nosso mundo da pós-infância.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks** no espetáculo urbano. São Paulo, SP: Scritta, 1994.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 5/6, 1997.

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO; BID, 2002.

ALMEIDA, E. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. (v. 2).

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1988.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo, SP: Publifolha, 2000.

CARDOSO, I. Há uma herança de 1968 no Brasil? In: GARCIA, M. A., VIEIRA, M. A. (Org.). **Rebeldes e contestadores**: 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Para uma crítica do presente**. São Paulo, SP: 34, 2001.

_____. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

GUANAES, N. “Júnior”, **Folha de S.Paulo**, 08 mar. 2011, B4.

HOLLANDA, H. B. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

LAJONQUIÈRE, L. de. **Figuras do infantil**: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 5/6, 1997.

PIMENTA, M. M. “**Ser jovem**” e “**ser adulto**”: identidades, representações e trajetórias. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro, RJ: Graphia, 1999.

REVAH, D. **Construtivismo**: uma palavra no circuito do desejo. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RISÉRIO, A. et al. **Anos 70**: trajetórias. São Paulo, SP: Itáu Cultural; Iluminuras, 2005.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da Educação. In: _____. **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC; Inep; Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento; n. 7).

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO; Instituto Ayrton Senna; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001351/135104porb.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

Recebido em: 04/01/2011
Publicado em: 13/01/2012